Revista de Economia Política, Vol. 1, n.º 2, abril-junho/1981

O conceito de mark up nos modelos de distribuição e crescimento

LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA LIMA *

Neste artigo se procurará discutir alguns problemas relacionados com os modelos pós-keynesianos de crescimento e de distribuição, e como a introdução do conceito de *mark up* pode constituir-se em uma alternativa interessante para um modelo de distribuição e uma peça-chave para se construir um modelo de crescimento.

A idéia é mostrar que a análise de Harrod — embora coloque as condições que devem ocorrer para um crescimento constante e as situações em que, não existindo essas condições, a economia pode passar por auges e depressões — deixa de lado qualquer explicação sobre a distribuição. Supõe que a distribuição é independente das condições de crescimento.

Kaldor procura eliminar tal limitação, mas para tanto é obrigado a admitir que a renda está sempre em uma situação de pleno emprego, e que os próprios mecanismos de distribuição (variação de preços e salários) são a garantia de um crescimento estável da renda. Assim se procurará mostrar que não é possível explicar as duas variáveis simultaneamente como Kaldor propõe, isto é, determinação da renda e distribuição, e que isto só será possível se introduzirmos explicitamente o conceito de *mark up*, o qual Kalecki, que realizou o trabalho pioneiro nesta área, chamou de for-

* Professor de Economia da EAESP — FGV.

ma inadequada de "grau de monopólio". Finalmente se sugerirá algumas hipóteses a respeito da possibilidade de se construir um modelo de crescimento, e sobre os elementos adicionais que devem ser introduzidos para que o modelo possa explicar a realidade e não ser apenas um conjunto de condições formais para um crescimento equilibrado.

I — *A Análise de Harrod e suas implicações*

Segundo Harrod podemos definir a taxa de crescimento (G) em termos de crescimento da renda (Y), isto é, $G = \frac{\triangle Y}{Y}$, sendo que a produção de um nível mais elevado de Y requer um aumento na capacidade produtiva da economia, isto é, investimento (I). O valor de I necessário para aumentar Y em uma unidade é dado por $\frac{I}{\triangle Y} = C$, sendo C a relação marginal (igual à média) capital-produto da economia. Sendo dado S, poupança, a propensão marginal ou média a poupar será $\frac{S}{Y}$. Assim podemos estabelecer G, admitindo-se que C é uma constante. É possível construir então a seguinte relação:

$$G = \frac{I}{C/Y} = \frac{I}{Y} \cdot \frac{1}{C} = \frac{S}{C}$$

A G Harrod associa três possíveis taxas de crescimento: Ga, taxa observada ou efetiva de crescimento; Gw, taxa garantida de crescimento, e Gn, taxa natural de crescimento. A taxa observada é uma taxa que não é necessariamente de equilíbrio ou de pleno emprego. A taxa garantida de crescimento é aquela taxa de crescimento que corresponde à situação em que o investimento *ex ante* ou planejado é igual a poupança, ou, em outras palavras, corresponde à situação em que os investidores estão satisfeitos porque conseguiram vender toda sua produção. Desta maneira manterão o investimento crescendo à mesma taxa. Finalmente, a taxa natural de crescimento é a mais alta taxa de crescimento possível para uma economia. É dada pela taxa de crescimento da mão-de-obra e pelo avanço do progresso técnico.

Podemos ver que as 3 taxas de crescimento são determinadas por fatos diferentes: Ga é dependente do investimento efetivamente realizado, ou *ex post*; Gw, de outro lado, aparece mais como expressão das condições de poupança e da economia. Assim uma alta taxa garantida de crescimento (em relação ao desejo de as firmas acumularem, ou do investimento *ex ante*) gera subconsumo e reduz o crescimento. Uma baixa taxa garantida de crescimento, de outro lado, gera condições inflacionárias e estimula o crescimento. Gn por sua vez é determinada por fatores tecnológicos e populacionais. Assim sendo não há razão para se esperar que as 3 taxas venham a coincidir.

Definindo:

$$Ga = \frac{S}{C}; \quad Gw = \frac{S}{Cr}; \quad Gn = \frac{Sr}{Cr}$$

podemos verificar ainda que, para uma economia atingir a taxa de crescimento garantido, será necessário estabelecer-se uma restrição em C, C = Cr, isto é, o Δ K de C deve corresponder a investimento *ex ante*. Satisfeita tal condição, para se passar ao Gn a restrição é a de que S = Sr, isto é, deve gerar-se uma poupança tal capaz de fazer Gn atingir seu valor exogenamente determinado.

Assim dada a independência de seus determinantes, nada garante a igualdade das três taxas ao longo do tempo; e, como veremos, um sistema econômico cujas condições de crescimento sejam tão restritas como as sugeridas acima estará sujeito a instabilidade. Consideremos algumas situações de possível instabilidade:

— desigualdade entre as taxas efetiva e garantida de crescimento;

— desigualdade entre as taxas garantida e natural, com gw > gn.

Suponhamos que a economia esteja em uma situação de crescimento garantido, mas que as firmas decidam aumentar a sua taxa de investimento de tal forma que Ga > Gw. Neste caso, como a demanda de investimento será maior do que a poupança gerada em um período, haverá desestocagem, que por sua vez, através do efeito de aceleração, reestimulará o investimento, gerando um novo impulso, fazendo com que Ga aumente mais ainda em relação a Gw, caracterizando uma situação inflacionária. No caso em que ga < gw, ao contrário do mencionado anteriormente, teremos uma situação deflacionária.

A outra possibilidade mencionada diz respeito a uma possível desigualdade entre gw e gn, que poderá mover a economia para uma situação de estagnação ou inflação seculares.

Se Gw > Gn a economia poderá se inclinar para a estagnação, ou, nas palavras do próprio Harrod, "o sistema não pode avançar mais rapidamente do que a taxa natural permite. Se a taxa garantida está acima dela, haverá uma tendência crônica para a depressão; as depressões reduzem a taxa garantida para baixo do nível adequado e assim mantêm seu valor médio por um período de anos abaixo de sua taxa natural. Mas esta redução só é realizada mediante desemprego crônico". [1] Harrod sugere que em tal situação o Investimento Planejado estará abaixo da poupança, gerando uma deficiência de demanda, pois o investimento não pode crescer a taxas mais elevadas que a renda e portanto do que gn.

Se, de outro, lado, "a taxa garantida encontra-se abaixo da taxa natural, o valor médio da taxa garantida só pode ser sustentado acima do seu próprio nível mediante uma sucessão de auges econômicos".[2] Nesta situação o investimento induzido pelas possibilidades de crescimento da economia (avanço tecnológico, crescimento da população) estaria encontrando limitações do lado da poupança, pressionando a capacidade produtiva instalada e criando condições para tendências inflacionárias de longo prazo.

A conseqüência lógica de tal análise, embora Harrod não aceite a expressão, leva-nos ao conceito de *fio de navalha,* que seria aquela situação muito especial a que se chegaria apenas por coincidência, quando Ga = gw = gn. Haveria um único valor de g, capaz de promover a estabilidade no sistema econômico.

Uma solução para escapar dessa unicidade de g é tentar explicar por que o sistema capitalista não se encontra necessariamente em nenhum dos extremos acima mencionados. Tal solução é de molde pré-keynesiano, e realmente está fora das preocupações de Harrod. Para tanto, supõe-se uma função de produção bem comportada, onde o produto é função do capital e da mão-de-obra. Qualquer um desses fatores está sujeito a rendimentos decrescentes e supõe-se um sistema competitivo.

Assim, se $n < \frac{S}{C}$, haverá mais poupança do que a necessária para equipar a mão-de-obra existente, o que levaria a uma elevação de C. (Uma redução da taxa de juros levaria os empresários a se utilizarem de mais capital). Se, no entanto, $n > \frac{S}{C}$, a mão-de-obra, tornando-se relativamente mais barata que o capital, levará a uma redução de C. Tais mecanismos garantem que G se ajusta, de modo que Ga = Gw — Gn. Tal solução, no entanto, repousa em uma situação especialíssima em que a economia só produz um único bem.[3] Se tal situação não ocorre o modelo deixa de ser uma explicação adequada, como já foi demonstrado à saciedade pelos economistas da Universidade Cambridge, com base nos trabalhos pioneiros de Joan Robinson e Piero

[1] Harrod, R. — "Dynamic Theory", *in Growth Economics,* Penguin Books, editado por Amartya Sen, p. 61. Publicado inicialmente com o Título "A Essay in Dynamic Theory", *Economic Journal,* vol. 49, 1939, pp. 14-33.

[2] *Idem* p. 61.

[3] Este problema foi discutido exaustivamente através da chamada controvérsia de Cambridge sobre a teoria do capital. Para uma apresentação do problema, ver Oliveira Lima, L. A. "O Conceito de Capital e a Teoria da Distribuição", *in Revista de Administração de Empresas (RAE)* da FGV, vol. 14, n.° 2, abril de 1974.

Sraffa, através do chamado fenômeno do *reswitching* de técnicas. Se considerarmos uma economia que produza mais de um bem, com uma técnica para cada bem, podem ocorrer situações em que um aumento C é acompanhado por um aumento da taxa de juros, ou situações em que uma redução de C é acompanhada por sua redução daquela. Em outras palavras, o C pode não responder na direção adequada, dada a variação da taxa de juros para diferentes valores de $\frac{S}{g}$ $(C = \frac{S}{g})$. No dizer de Joan Robinson, o fio da navalha é apenas levemente aplainado em tais situações.

Toda dificuldade e rigidez da análise de Harrod decorre de sua hipótese original de que a taxa de poupança da economia é independente da distribuição da renda entre salário e lucros. Consideremos os elementos de tal hipótese: famílias ricas e pobres podem ter diferentes propensões a poupar, porém a distribuição da renda entre as famílias deve permanecer constante no tempo, isto é, pobreza e riqueza não devem estar correlacionadas com o fato de uma família receber a maior parte de sua renda sob a forma de lucros ou salários. Seria necessário pensar-se que a remuneração da propriedade (dividendos, juros, etc.) está aleatoriamente distribuída por toda a população, de tal maneira que uma família pobre, embora com renda anual menor do que a de uma família rica, obtenha seus rendimentos das mesmas fontes (capital e trabalho) e nas mesmas proporções que as famílias ricas. Além disso, será necessário que o coeficiente de poupança sobre as duas fontes de rendimentos seja o mesmo para os dois grupos de famílias e não se altere.

Vamos admitir agora que o lucro líquido seja inteiramente distribuído, e que o financiamento para novos investimentos seja obtido mediante lançamentos de novas ações ou empréstimos. Em tal situação, de acordo ainda com as hipóteses acima explicitadas, as empresas em conjunto podem fazer variar o nível de preços mediante variações no que chamaremos grau de monopólio — a razão da margem bruta sobre os custos diretos de produção (ou *mark up*) — sem alterar o valor de s. Supondo-se salários monetários dados, haverá uma elevação dos preços dos bens de consumo e dos bens de investimento. Supondo-se ainda que o nível de emprego permaneça o mesmo, o valor dos salários monetários não se alterará e se elevarão os lucros brutos.[4] Assim, se os preços mais elevados reduzem o poder de compra dos salários, o aumento dos lucros compensa tal redução. O valor monetário do consumo aumenta na mesma proporção que os preços: da mesma forma s. Y aumenta na mesma proporção que o valor dos bens de investimento. Assim percebemos que, se a economia se encontra no fio da navalha, qualquer padrão de distribuição e de preços torna-se compatível, caracterizando o modelo por uma forma de indeterminação. Fica claro, de outro lado, que, se S variar com certos tipos de decisões das firmas relacionadas basicamente com investimento e/ou preços, o problema do fio da navalha deixa de existir, pois não haverá apenas uma taxa de crescimento compatível com o equilíbrio.

A possibilidade de se deixar de lado o problema do *knife edge*, que Joan Robinson considerou adequadamente uma quimera, foi levantada nos trabalhos desta e de Nicholas Kaldor, que por sua vez se inspiram na obra pioneira de Kalecki e em Keynes, especialmente no *Treatise on Money*.

A idéia básica que se encontra em tais modelos é retirada da hipótese de Kalecki de que a renda (Y) pode ser dividida em duas grandes categorias, salários e lucros (W e P), onde W compreende a remuneração do trabalhador manual e salários e P compreende toda a renda da propriedade e não apenas dos empresários. A diferença fundamental entre os dois grupos recipientes de salários e lucros é a diferença entre suas propensões marginais a consumir ou a poupar, sendo a propensão marginal a poupar dos trabalhadores menor do que a dos capitalistas. Tal hipótese é uma fórmula de tornar mais geral a hipótese kaleckiana, que pode ser parafraseada pela afirmação de que "os capitalistas ganham o que gastam e os trabalhadores gastam o que ganham". [5]

II — *A Interpretação de Kaldor*

A primeira utilização dessa hipótese que vamos considerar é a de Kaldor, que será analisada em sua formulação mais simples.

Chamando sw e sp respectivamente às propensões marginais a poupar dos trabalhadores e capitalistas, podemos escrever:

$$
\begin{aligned}
Y &= W + P \\
I &= S \\
S &= SwW + SpP
\end{aligned}
$$

[4] A variação nos lucros brutos é dada por:

$\triangle P = \frac{\triangle P}{p} X (P + W)$, onde P = lucros, p = preços e W = salários. Ver sobre o assunto Robinson, Joan "*Economic Heresies* — Some Old-Fashioned Questions in Economic Theory" — The Mac Millan Press, 1972, pp. 114-115.

[5] Kaldor sugere adequadamente que tal pode ser admitido independentemente de qualquer conformação da curva de distribuição da propriedade, mas da simples observação que a massa de lucros da empresa tende a ser mantida como reserva. Conforme "Alternatives Thions of Distribution", artigo reproduzido em *Readings in the History of Economic Theory* (Holt, Reinhart and Winston Inc.), editado por Ingrid Rima, pp. 276-277.

Tomando-se o investimento como dado e considerando Sw e Sp constantes, temos as funções poupanças Sw = swW e Sp = spP, e podemos obter:

$$I = spP + swW = spP + sw\ (Y - P)$$

$$I = (sp - sw)\ P + swY \text{ e}$$

$$\frac{I}{Y} = (sp - sw)\ \frac{P}{Y} + sw \text{ e}$$

$$\frac{P}{Y} - \frac{1}{sp - sw} \cdot \frac{I}{Y} = \frac{sw}{sp - sw} \quad (II - 1)$$

Na última equação temos duas incógnitas P e Y, mas, como Kaldor admite que Y seja dado, é possível explicar o valor dos lucros e a distribuição. Assim, supondo-se que Y seja igual a renda de pleno emprego, determinada externamente ao modelo P, será a variável dependente que no curto prazo será uma função de I, ou, segundo a formulação do próprio Kaldor, "a parte dos lucros na renda depende simplesmente da razão Investimento/renda". Além disso, "admitindo-se que a razão Investimento/renda pode ser considerada como variável independente, invariante com respeito a mudanças em sw e sp", o que, juntamente com a hipótese de pleno emprego, implica que o nível de preços em relação ao nível de salário monetário é determinado pela demanda: uma elevação no investimento e, portanto, na demanda total eleva os preços e as taxas de lucro, e então reduz o consumo real, enquanto uma queda no investimento e na demanda total causa uma queda nos preços (relativamente ao salário monetário) e gera, portanto, uma elevação compensatória no consumo real. Supondo-se preços flexíveis (ou margens de lucros flexíveis), o sistema é estável no pleno emprego.

Em termos da análise de Harrod, temos que $\frac{I}{Y} = Gn$ (que decorre de $Gn = \frac{S}{Cn}$), sendo $\frac{I}{Y} = S \quad Gn = \frac{S}{C}$

Admitindo-se uma situação de pleno emprego constante, temos que G deve ser igual à taxa natural de crescimento de Harrod, n, isto é, a forma da taxa de progresso técnico mais a taxa de crescimento da mão-de-obra. Além disso, como $\frac{I}{Y} = S$, podemos estabelecer que:

$$\frac{I}{Y} = (Sp - Sw)\ \frac{P}{Y} + Sw$$

o que significa que as taxas naturais e garantidas de crescimento não são independentes, isto é, variações em $\frac{I}{Y}$, decorrentes de alterações nos planos de Investimento dos empresários, através da flexibilidade da margem de lucros afetarão também a S, de tal maneira que a taxa garantida de crescimento passa a se ajustar à natural mediante a relação $\frac{P}{Y}$. Com isto Kaldor pretende ter eliminado a indeterminação relacionada com a distribuição e preços. [6]

Podemos verificar da análise acima que a explicação da distribuição, supondo-se que a economia funcione a pleno emprego, é dada pela taxa de investimento e pelas propensões a poupar. Mas por que deve ocorrer o pleno emprego? A fim de que tal situação ocorra será necessário que as firmas tenham uma política de preço muito especial, isto é, de que estabeleçam seus preços de acordo com o requerimento do pleno emprego, como pode ser demonstrado a partir da dedução abaixo.

Consideremos que o preço pd correspondente a renda de pleno emprego deva ser determinado pela aplicação de um certo *mark up* $\varnothing$ sobre o salário monetário w.

$$Pd = \varnothing w$$

Tomando-se a equação II.1, podemos substituir $\frac{P}{Y}$ por $1 - \frac{C}{Pd}$, onde c representa o custo médio, * e obter:

$$1 - \frac{C}{Pd} = \frac{1}{Sp - Ws} \frac{I}{Y} - \frac{Sw}{Sp - Sw}$$ e através de manipulação

[6] Kaldor, no entanto, não sugere que por causa disto o capitalismo tenha tendência a um suave processo de crescimento, ele apenas quer mostrar que o ciclo não é explicado por uma discrepância entre Cc e S.

* Para obtermos tal resultado, admitimos que $c = \frac{w(Lo + L_1)}{Y}$, onde Lo corresponde ao custo fixo expresso em termos de unidades de mão-de-obra e L_1 mão-de-obra variável. Assim expressando a identidade

$$Y = P + W$$

em termos monetários, vamos obter $pY = P + w(Lo + L_1)$, que manipulada nos dá

$$\frac{P}{Y} = \frac{1 - \frac{w(Lo + L_1)}{Y}}{Pd} = 1 - \frac{C}{Pd}$$

$$Pd = \frac{(Sp - Sw) . C}{Sp - \frac{I}{Y}} \quad (II.2)$$

A equação II.2 corresponde a demanda agregada, quando admitimos que Pd passará a ser uma função crescente de Y, toda vez que Y > Yn.

Substituindo-se Pd por ∅w obtemos:

$$\varnothing w = \frac{(Sp - Sw) . C}{Sp - \frac{I}{Y}} \quad (II.3)$$

De acordo com a equação (II.3), um certo valor $\frac{I}{Y}$ é consistente apenas com um valor de ∅, isto é, com um certo *mark up* que os empresários estabeleceriam. É aqui que surge o problema: que tipo de mecanismo assegura que os empresários sejam sempre capazes de estabelecer um valor de ∅ adequado com a relação $\frac{I}{Y}$, que Kaldor considera exógena?

"Alternativamente", nota Donald Harris, "tal determinação seria considerada acidental ou do tipo 'fio de navalha', onde o nível do investimento das firmas e o tamanho do *mark up* — determinado pelos empresários ou mesmo pela interação da oferta e procura em mercados competitivos — deveria ser tal que a demanda total a ser determinada pela distribuição da renda correspondente seria exatamente suficiente para absorver a produção de pleno emprego. No curto período, isto seria um evento (raro) e fortuito, de tal modo que qualquer variação no investimento em relação ao nível consistente com o pleno emprego estaria associada com desemprego ou inflação". [6a]

III — *Mark up e distribuição*

Admitido o caráter arbitrário da hipótese kaldoriana do pleno emprego, o nível da renda deverá ser considerado como incógnita e não mais como um dado, e o sistema só terá solução se admitirmos outra variável como dada. A

[6a] Harris, Donald J., "The Price Policy of Films, The Level of Employment and Distribution of Income in The Short Run". Mimeog. Publicado em *Australian Economic Papers*, junho de 1974.

hipótese clássica [7] é a de Michael Kalecki, segundo a qual o nível da renda e a distribuição seriam determinados a partir do nível do investimento, das propensões a poupar dos trabalhadores e capitalistas, e do que impropriamente Kalecki chamou de grau de monopólio, e que neste trabalho, a falta de melhor nome, chamaremos de *mark up*.

De forma muito simplificada, o modelo kaleckiano pode ser formulado através das seguintes variáveis:

Os preços P são determinados a partir do estabelecimento de uma certa margem sobre o valor dos custos variáveis ou *mark up*, que continuaremos supondo sejam os *únicos* custos de produção. Assim, $pd = \varnothing \, Wb$ (1), onde o valor de $\varnothing$ é o tamanho do *mark up* e $b = \frac{L1}{Y}$, isto é, a parcela de mão-de-obra direta L_1, por unidade de produto.

Além disso, supondo-se dadas as propensões a poupar dos capitalistas sp e admitindo-se nula a propensão a poupar dos trabalhadores, podemos definir contabilmente a renda monetária por $pdY = P + WbY$ (2), sendo respectivamente P lucros e W salário monetário.

O nível de renda ou equilíbrio pode ser dado pela igualdade de poupança — investimento, de onde:

$$pdI = spPd \quad (3)\ *$$

Substituindo-se o valor de Pd dado pela equação (1) nas equações (2) e (3), podemos resolver o sistema para Y, de onde vamos obter:

$$Y = \frac{\varnothing \, . \, I}{sp \; (\varnothing - 1)} \quad (4)$$

O nível de renda de equilíbrio é determinado pelo valor do Investimento, que é afetado por sua vez por um multiplicador que reflete o *mark up* e os valores das propensões a poupar dos capitalistas. Assim, uma elevação do *mark up* terá como efeito uma redução do nível de equilíbrio da renda, mediante uma redução do multiplicador e vice-versa, o que pode ser mostrado facilmente, pois:

$$\frac{dy}{d\varnothing} = \frac{I \; (1 - \varnothing)}{Sp \; (\varnothing - 1)} \quad (5)$$

[7] Ver *Selected Essays on The Dynamics of Capitalist Economy*, Cambridge Press, especialmente capítulos 7 e 8.

* A formulação que segue está parcialmente baseada em Harris, D., *op. cit.*

Assim para valores de $\varnothing$ maiores que 1,0, o que é óbvio que aconteça, e

$sp > 0$, $\frac{dy}{d\varnothing}$ será sempre negativo.

A razão disto é que variações no *mark up* alteram a propensão média a consumir da economia e, portanto, o valor do multiplicador, pois, se definirmos o consumo como:
$C = WbY + (1 - sp)P$ teremos que a relação consumo/renda, ou simplesmente $\frac{c}{Y}$, será:

$$\frac{C}{y} = \frac{1}{\varnothing} + (1 - Sp) \cdot \frac{(\varnothing - 1)}{\varnothing} \quad (5^a) \text{ e que}$$

$$\frac{d\left(\frac{C}{Y}\right)}{d\varnothing} = \frac{-sp}{\varnothing^2} < O$$

Podemos determinar agora, supondo custos variáveis constantes a partir de (3) e (4), a distribuição da renda entre lucros e salários pela equação (6)

$$\frac{P/pd}{y} = \frac{\varnothing - 1}{\varnothing} \quad (6)$$

que nos mostra que a participação relativa dos lucros e conseqüentemente dos salários é determinada unicamente pelo *mark up*. De outro lado podemos verificar que o nível dos lucros, ou a massa dos lucros, vai depender do nível do investimento e em conseqüência do nível da renda, pois o valor dos lucros correspondentes a um certo equilíbrio da renda, determinado a partir de $P = p_dY - W_bY$, combinada com (4), é

$$\frac{P}{p_d} = \frac{I}{sP} \quad (7)$$

Admitidos os pressupostos da análise anterior, podemos explicitar algumas implicações importantes: variações do *mark up* afetarão o salário real, mas não o valor total dos lucros. Assim uma alteração no *mark up* afetará a distribuição mediante variações no salário real, na demanda efetiva, na renda nacional e no emprego. O racional dessa análise foi explicitado por Kalecki mediante as equações contábeis citadas em II, $P = C + I = P + W$ e um esquema de divisão da economia em três setores: o setor I, que produz bens de investimentos; o setor II, que produz bens de luxo consumidos basicamente pelos empresários e recipientes de rendas, e o setor III, de bens de consumo de massa, cuja demanda é constituída basicamente pelos assalariados.

Os empresários do setor III, após terem vendido aos seus trabalhadores os bens correspondentes ao valor de seus salários, terão um exesso de bens de consumo que correspondem aos seus lucros (lembremos a suposição de que $Sw = O$).

Este excesso de bens será vendido aos trabalhadores de II e III pelo valor correspondente ao salário destes. Percebe-se assim que o lucro total do sistema será igual aos lucros dos setores I, II e III. Mas ocorre que o lucro do setor III é igual aos salários pagos por I e II. Desta maneira podemos afirmar que o lucro total do sistema pode ser expresso também pelo valor da produção de I e II, isto é, da produção de bens de Investimento e bens de luxo. Desta forma podemos verificar também que a produção de III é determinada pela produção de I e II, pois "o emprego e a produção do departamento III será expandida até o ponto em que o excedente de sua produção sobre o que os trabalhadores deste departamento compraram com seus salários for igual aos salários dos departamentos I e II". [7a]

Da análise acima, se admitirmos que o único gasto autônomo é o investimento, vamos verificar que o que determinará o valor dos gastos de consumo dos capitalistas é o montante inicial dos gastos de investimento. Assim, no momento t o consumo dos capitalistas seria uma função dos gastos de investimento no período $t - 1$, isto é, I_{t-1}, ou

$$C_t = (1 - s_p) I_{t-1},$$

e assim por diante, de onde podemos deduzir que o valor total dos lucros $\left(\frac{P}{pd}\right)$ é dado pela soma da série abaixo, quando $n \to \alpha$

$I_t + (1 - sp) I_{t-1} + (1 - sp)^2 I_{t-2} \ldots + (1 - Sp)^n I_{t-n} \ldots$ que é a equação (7).

[7a] Kalecki, *Selected Essays*, p. 80.

De outro lado vamos verificar que, mantido o valor de I, uma elevação no *mark up* terá como efeito reduzir o salário real e em conseqüência o valor da produção e do emprego no setor III, sem afetar no entanto o valor da produção e o emprego em I e II, determinados pelo montante de I, e, portanto, os lucros. De onde a afirmação de Kalecki: "Dado que os lucros são determinados pelo consumo dos capitalistas e pelo Investimento, é a renda dos trabalhadores (igual aqui do consumo dos trabalhadores) que é determinada pelos *fatores de distribuição.* * Assim, o consumo dos capitalistas e o investimento, juntamente com os 'fatores de distribuição', determinam o consumo dos trabalhadores e conseqüentemente o produto nacional e o emprego". [8]

Fica claro assim o sentido econômico das equações (4) e (6). Estas não sugerem nada além do que está acima formulado. Para qualquer nível de renda, dadas as restrições consideradas, o que determina a participação relativa dos lucros (e dos salários) é o *mark up,* ou, impropriamente, o grau de monopólio, na expressão de Kalecki.

Mark up e Teoria do Crescimento

Uma teoria que se proponha explicar as condições do crescimento nas economias capitalistas, não pode deixar de levar em consideração algumas idéias básicas: a idéia desenvolvida inicialmente por Schumpeter, segundo a qual uma taxa elevada de lucros, e portanto um razoável grau de monopólio, é indispensável para uma taxa de crescimento elevada; a idéia de Keynes de que lucros excessivos podem envolver uma redução do nível da Demanda Global, è em conseqüência uma redução da renda e do emprego (o que pode ser claramente observado pela formalização de Kalecki).

Assim, vemos que, se de um lado o volume de novos investimentos é função da margem de lucro atual, de outro lado a margem de lucro pode determinar o grau de entesouramento e poupança da economia. Um entesouramento excessivo poderia levar a uma estagnação do tipo keynesiano, que por sua vez reagiria sobre as decisões de investimento. Desta maneira, uma elevação da intensidade de restrição oligopolística (levando a uma elevação da margem de lucro realizada a todos os níveis da produção nacional em relação ao potencial de produção) encoraja o investimento e o crescimento ao mesmo tempo desencorajando-o: o resultado líquido dependerá das relações dos parâmetros das "reações opostas". Se o "grau de oligopólio", a margem de lucro exigida pelos capitalistas em condições consideradas normais, é muito baixa, pode ocor-

* Kalecki chama de "fatores de distribuição" "os fatores que determinam a distribuição da renda" (como o *grau de monopólio)* na teoria dos lucros.

[8] Kalecki, *Selected Essays,* p. 81.

rer uma estagnação "a la Schumpeter"; se é muito elevada, uma estagnação keynesiana; do que decorre que uma elevação do grau de monopólio não terá por efeito provocar uma alta da taxa de lucros realizada ao longo de um certo período, pois que o resultado será o de reduzir o nível médio de produção em relação à capacidade produtiva total.

É fácil percebermos que o elemento comum presente nessas duas tendências fundamentais do sistema capitalista é o grau de monopólio, quer como elemento determinante das decisões de investimento (enquanto determina a margem de lucro e o valor dos fundos investíveis), quer como elemento determinante da distribuição e, portanto, do multiplicador.

Como na crítica ao modelo de Kaldor verificamos a dificuldade de se explicar a distribuição a partir da relação $\frac{I}{Y}$, tivemos que considerar o grau de monopólio como variável independente e não dependente daquela relação. Da mesma forma como a capacidade de geração de fundos internos para o investimento é função do maior ou menor grau de monopólio e não vice-versa (o *mark up* sendo função da taxa de crescimento planejada pela empresa), somos obrigados também aqui, para explicar a taxa de inversão e de crescimento da firma ou de uma indústria, a considerar o *mark up* como independente das condições da demanda global e determinado pela situação microeconômica do produtor em relação ao mercado, de acordo com a visão de Kalecki.

O *mark up*, portanto, enquanto conceito derivado da análise kaleckiana juntamente com as realidades para as quais Schumpeter e Keynes chamaram a atenção, deve ser considerado como o terceiro elemento para a construção de uma teoria que se proponha explicar ou formular as condições de crescimento (estabilidade, ciclos em economias capitalistas). A partir da contribuição desses três elementos, torna-se clara a íntima relação entre acumulação e distribuição, tema caro à análise dos economistas clássicos (especialmente Ricardo e Marx), na medida em que uma mesma variável é comum aos dois problemas, determinando, porém, reações opostas, como já anteriormente mencionado.

Supera-se dessa forma uma tendência muito clara nos modelos pós-keynesianos e que no fundo constituem sua grande limitação, a de fazer da distribuição a variável exógena, como nos modelos de crescimento "a la Harrod", ou a tendência a se considerar crescimento e a acumulação como variável exógena em um modelo de distribuição "a la Kaldor".